

Resultados 2T21



isa

CTEEP



Resultados 2T21

São Paulo, 29 de julho de 2021 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do segundo trimestre de 2021 (2T21). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ Milhões)				Consolidado		
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita Líquida	792,3	1.496,6	-47,1%	1.645,2	2.230,9	-26,3%
EBITDA	630,6	1.515,9	-58,4%	1.329,0	2.113,0	-37,1%
EBITDA Ajustado ¹	665,8	564,5	17,9%	1.437,8	1.164,1	23,5%
Margem EBITDA Ajustado ²	80,5%	81,4%	(0,9) p.p.	82,1%	81,5%	0,5 p.p.
Lucro Líquido ³	248,1	919,1	-73,01%	556,2	1.227,4	-54,68%
Margem Líquida	31,3%	61,4%	(30,1) p.p.	33,8%	55,0%	(21,2) p.p.
ROE (acumulado de 12 meses)	17,5%	24,4%	(6,9) p.p.	17,5%	24,4%	(6,9) p.p.

¹Ajustado pelo recebimento da Parcela de Ajuste (PA), sem considerar a provisão e efeitos não recorrentes

²Considera a receita líquida ajustada pelo recebimento da Parcela de Ajuste

³Ajustado pela participação do acionista não controlador



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
2.	Desempenho Operacional	7
3.	Desempenho Financeiro	
3.1	Receita Operacional	8
3.2	Custos e Despesas de O&M	9
3.3	Equivalência Patrimonial	9
3.4	EBITDA e Margem	10
3.5	Resultado Financeiro	12
3.6	Outras Receitas e Despesas Operacionais	12
3.7	Lucro Líquido	12
3.8	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	13
4.	Endividamento	14
5.	Proventos	15
6.	Investimentos	
6.1	Investimentos em Reforços e Melhorias	15
6.2	Investimentos em Projetos <i>Greenfield</i>	15
7.	Sustentabilidade Desempenho ESG	19
7.1	Sustentabilidade no Negócio	19
7.2	COVID-19	21
9.	Mercado de Capitais	22
10.	Eventos do Período	23
11.	Eventos Subsequentes	23
12.	Próximos Eventos	23
12.	Outras Informações Relevantes	24
13.	Glossário	29
14.	Anexos	31

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores

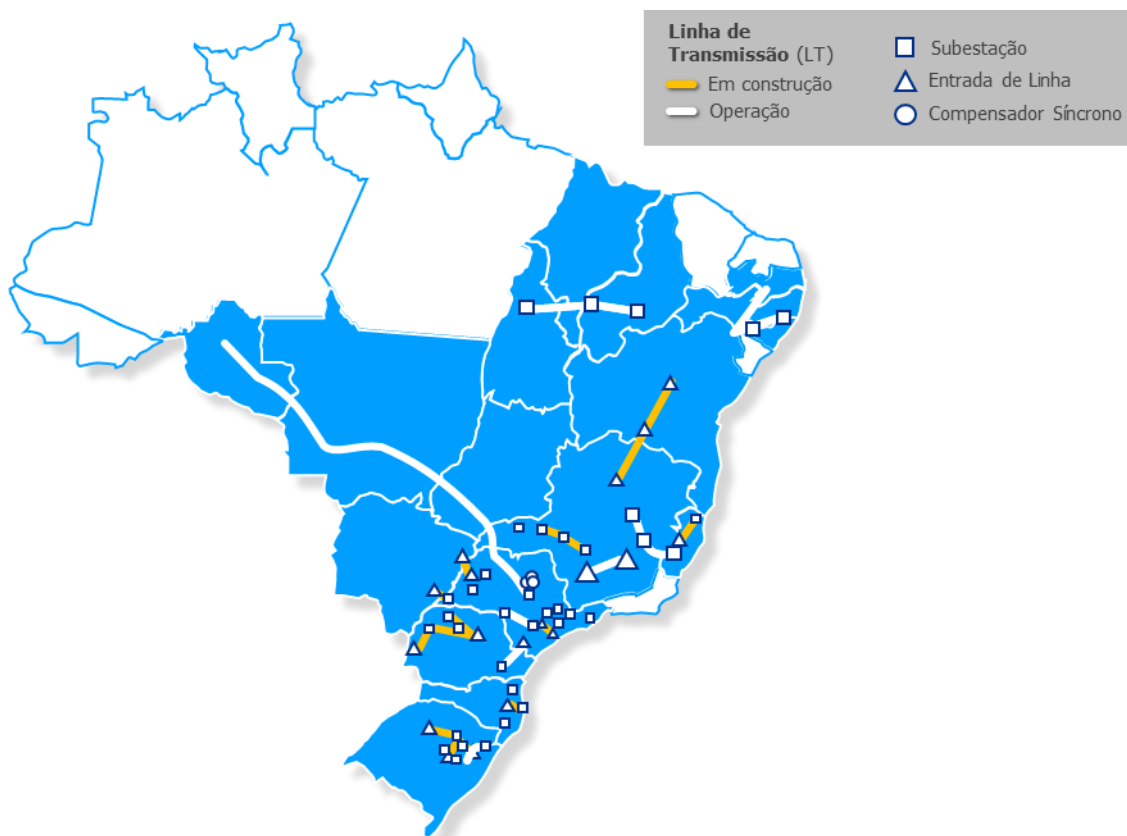
A ISA CTEEP

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. Por meio de suas atividades e de suas controladas e coligadas, a Companhia atua em 17 estados do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e Bahia), e é responsável por aproximadamente 33% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de junho de 2021, a capacidade instalada da Companhia (controladora, subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas¹ em operação) totalizou 70,5 mil MVA de capacidade de transformação, 19 mil quilômetros de linhas de transmissão, 26,1 mil quilômetros de circuitos e 130 subestações próprias.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de cerca de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



¹ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

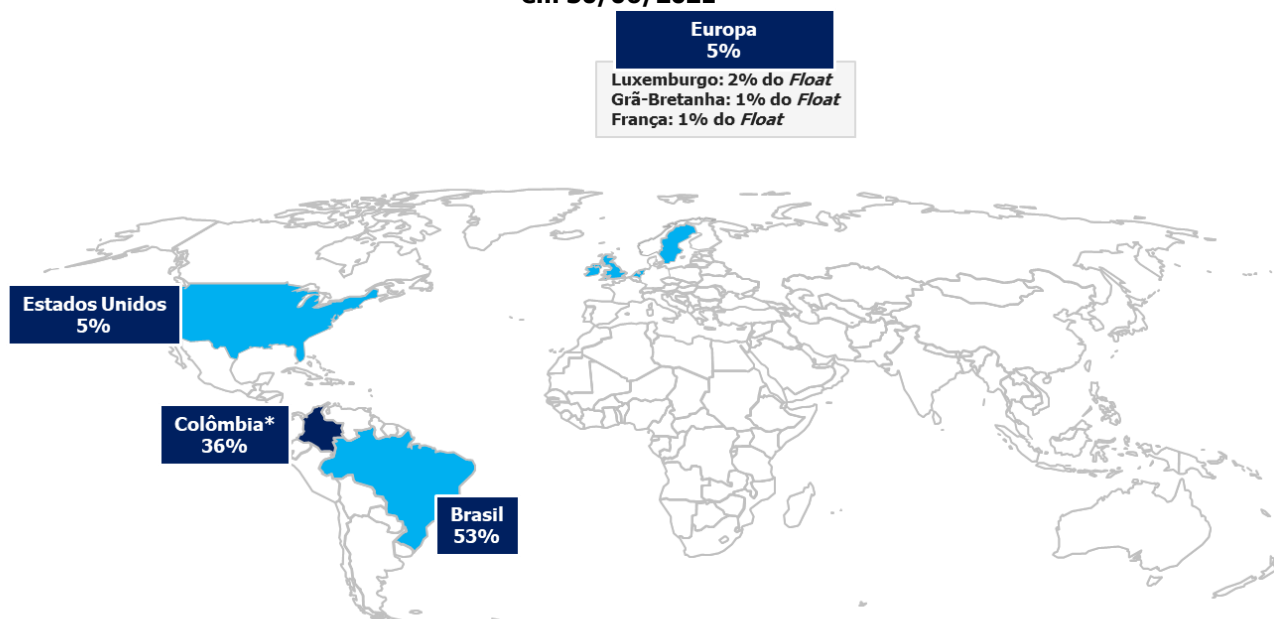
Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administradores	0	0,00%	5.304	0,00%	5.304	0,00%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.795.740	98,72%	422.876.640	64,18%
Eletrobras	25.120.097	9,74%	210.323.447	52,46%	235.443.544	35,73%
Outros	1.960.803	0,76%	185.472.293	46,26%	187.438.400	28,45%
Total	257.937.732	100,00%	400.945.572	100,00%	658.883.304	100,00%

Data Base:
30/06/2021

Distribuição do Capital Total em 30/06/2021



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA para a aquisição da ISA CTEEP.

** 1% do *Float* está pulverizado nas demais regiões

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, em 30 de junho de 2021, 38% da base acionária era composta por investidores estrangeiros (20% América do Norte, 16% Europa, 1% Ásia e 1% Oceania) e 61% por investidores brasileiros.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas (subsidiárias 100%) e coligadas (subsidiárias não controladas)², conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2021/2022 ¹ (R\$ milhões)	RAP Ciclo ISA CTEEP 2021/2022 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ²	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.336	2.336	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira	Operacional	Rondônia / SP	578	295	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivaí	Em construção	Paraná	324	162	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	130	65	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	100	51	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	87	44	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
PBTE	Operacional	São Paulo	180	180	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Riacho Grande	Em construção	São Paulo	68	68	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	69	69	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Operacional	São Paulo	55	55	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	65	65	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	58	58	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	58	58	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Operacional	São Paulo	53	53	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IEMG	Operacional	Minas Gerais	22	22	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IEMG	Em construção	Minas Gerais	36	36	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Evrecy	Operacional	Espírito Santo	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Evrecy	Em construção	Rio Grande do Sul	42	42	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	45	45	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Operacional	SP / Paraná ³	11	11	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	Mato Grosso do Sul / SP	6	6	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura	Operacional	São Paulo (Bauru)	13	13	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura	Em construção	São Paulo (Lorena)	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul	Operacional	Rio Grande do Sul	22	22	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			4.387	3.784			

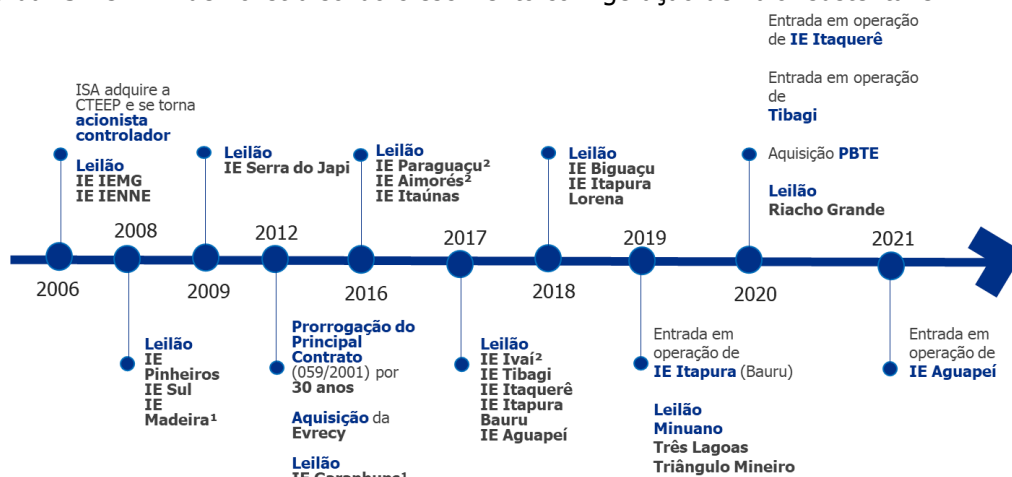
¹ RAP ciclo 2021/2022 com PA, líquida de PIS e COFINS

² Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

³RAP da IE Tibagi considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

Crescimento

A história da ISA CTEEP demonstra sólido crescimento com geração de valor sustentável:



¹ ISA CTEEP 51%

² ISA CTEEP 50%

² IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional por meio de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando a premissa de geração de valor sustentável.

Nos últimos 6 anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam CapEx ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 6,3 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2020/2021) de cerca de R\$ 645 milhões, após a entrada em operação dos ativos. Até junho de 2021, foram investidos cerca de R\$ 2,5 bilhões nesses projetos.

A Companhia já energizou 4 desses projetos com eficiência média de CapEx de 36% e antecipação média de 11 meses, conforme tabela abaixo.

	Investimento Realizado (R\$ milhões)	Investimento ANEEL ¹ (R\$ milhões)	Eficiência (%)	Antecipação (meses)
Itapura Bauru	63	126	-50%	-18
Itaquerê	250	398	-40%	-11
Tibagi	118	135	-12%	-8
Aguapeí	360	602	-43%	-6
Média			-36%	-11

¹ Valores na data do leilão

Outra importante via de crescimento é o investimento em projetos de reforços e melhorias. Nos últimos 8 anos, a Companhia investiu em média R\$ 220 milhões/ano em reforços e melhorias nos seus próprios ativos, com RAP média associada de aproximadamente R\$ 45 milhões/ano. É importante ressaltar que estes valores representam uma média, pois dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL, e podem não ser lineares, pois também estão sujeitos à RTP. A Companhia possui autorizações para mais de R\$ 1,8 bilhão de investimentos em reforços e melhorias que poderão ser executados nos 4 próximos anos.

Soma-se a esta via o crescimento por meio de aquisições como foi o caso da compra da PBTE que é detalhada neste documento. A companhia analisa constantemente oportunidades de aquisições que possam gerar valor de forma sustentável.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A ISA CTEEP é uma empresa referência no setor em termos de desempenho. A Companhia realiza gestão constante e minuciosa de seus indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia.

No 2T21, o IENS da Companhia totalizou 0,000244% vs. 0,000681% no 2T20. Como referência, o Sistema Interligado Nacional, registrou 0,0024% até maio de 2021.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). Em junho de 2021, a PV aplicada foi de 1,41% da RAP de rede básica e fronteira.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 2T21, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 922,1 milhões (-R\$ 778,5 milhões vs. 2T20). No 1S21, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 1.922,2 milhões (-R\$ 629,8 milhões vs. 1S20). Esses resultados são explicados, principalmente, pela Parcela de Ajuste (PA) referente à aplicação da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do contrato renovado e da remuneração do componente financeiro da RBSE pelo custo do capital próprio ("Ke") contabilizados em junho de 2020.

Expurgando o reconhecimento da Parcela de Ajuste (RTP e RBSE), a receita operacional bruta do 2T21 seria superior em R\$ 76,9 milhões relação ao 2T20. No 1S21 a receita operacional bruta seria superior em R\$ 225,6 milhões em relação ao 1S20.

Esse resultado deve-se: (i) ao impacto positivo do ciclo da RAP 2020/2021, que considera a variação positiva do IPCA e os impactos da aplicação da Revisão Tarifária Periódica; (ii) à entrada em operação de projetos de reforços e melhorias e dos projetos *greenfield* energizados nos últimos 12 meses; e (iii) à conclusão da aquisição da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia ("PBTE"), com consolidação no resultado econômico-financeiro da Companhia a partir de março de 2021.

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	898,4	1.693,1	-46,9%	1.889,4	2.536,8	-25,5%
RBSE	493,9	415,5	18,9%	987,7	830,9	18,9%
Contrato 059	203,8	215,8	-5,6%	408,4	439,3	-7,0%
CAAE	0,0	0,0	N.A.	0,0	0,0	N.A.
O&M	203,8	215,8	-5,6%	408,4	439,3	-7,0%
Reforços e Melhorias (Contrato 059)	119,0	106,5	11,7%	232,0	209,4	10,8%
CAAE	103,4	91,4	13,1%	201,6	180,6	11,6%
O&M	15,6	15,1	3,4%	30,5	28,8	5,9%
Contratos Licitados	75,3	49,2	53,0%	148,9	98,2	51,7%
CAAE	63,3	42,0	50,7%	126,9	84,0	51,0%
O&M	12,0	7,2	66,0%	22,0	14,1	55,6%
PBTE	48,4	0,0	N.A.	66,5	0,0	N.A.
PA, PV e Antecipações	-87,5	865,3	-110,1%	-55,8	883,8	-106,3%
PA (RBSE e RTP)	38,7	894,1	-95,7%	38,7	894,1	-95,7%
Outras PA, PV e Antecipações	-126,3	-28,8	339,1%	-94,5	-10,3	821,7%
Encargos Regulatórios	45,6	40,7	12,0%	101,7	75,2	35,2%
Outras	23,6	7,5	215,9%	32,8	15,2	116,0%
Receita Bruta	922,1	1.700,5	-45,8%	1.922,2	2.552,0	-24,7%
Deduções	-129,7	-203,9	-36,4%	-277,1	-321,1	-13,7%
Receita Líquida	792,3	1.496,6	-47,1%	1.645,2	2.230,9	-26,3%

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, PROINFA, RGR, P&D e Taxa de Fiscalização) que são repassados na tarifa (*gross up*). As deduções atingiram R\$ 129,7 milhões no 2T21, redução de 36,4% em relação ao 2T20, em função principalmente dos efeitos da PA (RBSE e RTP) no 2T20. Desta forma, a receita líquida totalizou R\$ 792,3 milhões no 2T21.

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Pessoal	(82,4)	(75,8)	8,7%	(161,6)	(150,7)	7,3%
Materiais	(5,0)	(4,0)	27,1%	(8,4)	(7,0)	20,8%
Serviços	(31,7)	(27,0)	17,6%	(61,7)	(57,0)	8,2%
Outros	(17,8)	(18,8)	-5,2%	(37,2)	(37,9)	-1,9%
PMSO (Gerenciável)	(137,0)	(125,5)	9,1%	(268,9)	(252,6)	6,5%
Não recorrentes	(0,7)	0,0	N.A.	(1,6)	(2,5)	-34,2%
Entidade de Previdência Privada	(11,9)	0,0	N.A.	(23,8)	0,0	N.A.
Contingências	(1,0)	(1,0)	-1,1%	1,0	0,9	9,8%
Depreciação	(148,1)	(140,2)	5,6%	(286,5)	(280,8)	2,0%
Demais custos e despesas	(161,6)	(141,3)	14,4%	(311,0)	(282,4)	10,1%
Total dos Custos e Despesas	(298,6)	(266,8)	11,9%	(579,9)	(535,0)	8,4%

O PMSO gerenciável, expurgando os efeitos não recorrentes e outros (como gastos com Covid-19, por exemplo), foi de R\$ 137,0 milhões no 2T21 (+9,1% vs. 2T20) e R\$ 268,9 milhões (+6,5% vs. 1S20). Esse resultado é explicado:

- (i) pelo incremento nos gastos com pessoal, em função, principalmente, de indenizações trabalhistas;
- (ii) pela elevação nos gastos com materiais devido, principalmente, ao aumento no preço dos combustíveis; e
- (iii) maiores gastos com serviços de manutenção de rede, em função do atendimento à Resolução Normativa nº 861 da ANEEL e honorários advocatícios.

Os demais custos e despesas totalizaram R\$ 161,6 milhões (+14,4% vs. 2T20) e R\$ 311,0 milhões (+10,1% vs. 1S20). Esse resultado é explicado principalmente pela maior despesa com Entidade de Previdência Privada devido ao registro de provisão relacionado ao passivo atuarial dos benefícios de suplementação de aposentadoria por conta do CPC 33. Tal impacto gerou uma despesa no valor de R\$ 11,9 milhões no 2T21 e R\$ 23,8 milhões no 1S21, sem efeito no caixa.

O total de O&M totalizou R\$ 298,6 milhões no 2T21 (+11,9% vs. 2T20) e R\$ 579,9 milhões (+8,4% vs. 1S20).

Equivalência Patrimonial

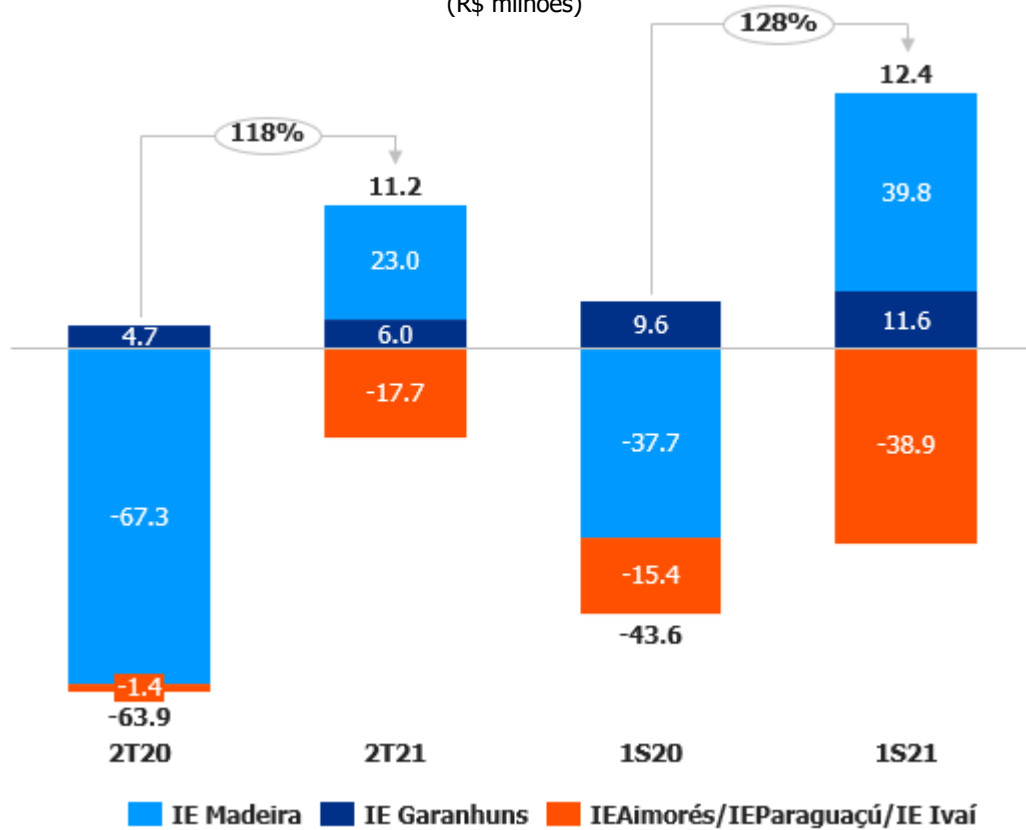
O resultado da equivalência patrimonial registrou receita de R\$ 11,2 milhões no 2T21 versus uma despesa de R\$ 63,9 milhões no 2T20. No 1S21 o resultado da equivalência patrimonial foi uma receita de R\$ 12,4 milhões versus uma despesa de R\$ 43,6 milhões no 1S20.

A IE Madeira apresentou crescimento no resultado do 2T20 para o 2T21 explicado, principalmente, pelo reconhecimento de provisão referente ao processo judicial de arbitragem contabilizado no 2T20, que não se repetiu no 2T21, adicionalmente apresentou melhor resultado operacional e disciplina de custos.

A IE Garanhuns apresentou um aumento de 25,9% no trimestre explicado, principalmente, pelo impacto positivo do ciclo da RAP 2020/2021, que considera a variação positiva do IPCA e Parcela de Ajuste.

O desempenho das subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) é explicado principalmente, pelo aumento das despesas financeiras decorrente da emissão de debêntures da IE Ivaí para o *fundings* do projeto, reflexo do aumento das despesas com variações monetárias em função da alta do IPCA.

Resultado de Equivalência Patrimonial (R\$ milhões)



EBITDA e Margem

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita líquida	792,3	1.496,6	-47,1%	1.645,2	2.230,9	-26,3%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-150,6	-126,5	19,0%	-293,4	-254,2	15,4%
Outras despesas e receitas operacionais (ex-amortização)	-11,2	145,9	-107,7%	-22,7	136,3	-116,7%
EBITDA	630,6	1.515,9	-58,4%	1.329,0	2.113,0	-37,1%
Reconhecimento PA (RTP e RBSE)	34,6	-803,4	-104,3%	107,2	-803,4	-113,3%
Operação de Real Estate e indenização por desapropriação	0,0	-148,0	-100,0%	0,0	-148,0	-100,0%
Custos e despesas não recorrentes ¹	0,7	0,0	N.A.	1,6	2,5	-34,2%
EBITDA Ajustado	665,8	564,5	17,9%	1.437,8	1.164,1	23,5%
Receita Líquida Ajustada²	826,9	693,2	19,3%	1.752,3	1.427,5	22,8%
Margem Ebitda Ajustado	80,5%	81,4%	-1,1%	82,1%	81,5%	0,6%

¹Considera gastos não recorrentes com auto de infração do 1S20, projetos de crescimento e despesas com Covid-19

²Considera receita líquida ajustada pela PA (RTP e RBSE)

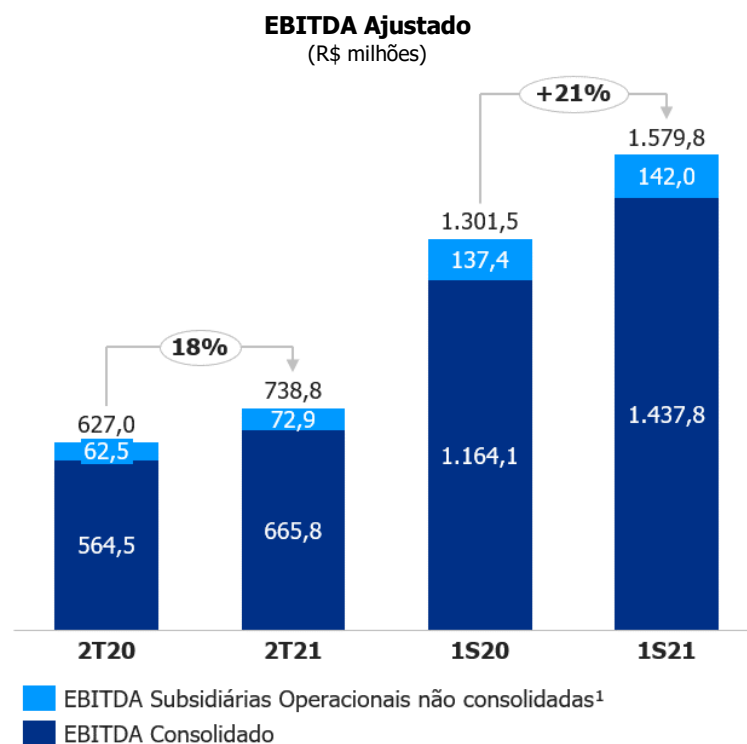
O EBITDA totalizou R\$ 630,6 milhões no 2T21, redução de 58,4% em relação ao 2T20. No 1S21, o EBITDA totalizou R\$ 1,3 bilhão, redução de 37,1% comparado ao 1S20. Esse resultado é explicado, principalmente:

- No 2T20 foi reconhecida a provisão da PA (RTP e RBSE);
- No 2T20 foram reconhecidos os ganhos referentes à operação de *Real Estate* e decisão favorável em um processo judicial referente à indenização por desapropriação de terrenos, item não recorrente;
- Aumento nos custos com entidade de previdência privada devido ao registro de provisão relacionado ao passivo atuarial dos benefícios de suplementação de aposentadoria por conta do CPC 33;
- Impacto positivo do ciclo da RAP 2020/2021, que considera a variação positiva do IPCA e os impactos da aplicação da Revisão Tarifária Periódica;

- (v) Entrada em operação de projetos de reforços e melhorias e dos projetos *greenfield* energizados nos últimos 12 meses;
- (vi) Conclusão da aquisição da PBTE (Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia), com consolidação no resultado econômico-financeiro da Companhia a partir de março de 2021.

Para fins de comparabilidade, o EBITDA foi ajustado, depurando: (i) os valores da PA (RTP e RBSE) no período; (ii) os ganhos referentes à operação de *Real Estate* e decisão favorável em um processo judicial referente à indenização por desapropriação de terrenos; e (iii) os efeitos não recorrentes. Com isso, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 665,8 milhões no 2T21, aumento de 17,9% na comparação com o 2T20. No 1S21, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1,4 bilhão, aumento de 23,5% comparado ao 1S20.

No trimestre o EBITDA da participação da ISA CTEEP nas subsidiárias não consolidadas IE Madeira e IE Garanhuns totalizou R\$ 62,3 milhões e R\$ 10,6 milhões no 2T21, respectivamente. Dessa forma, no 2T21 o EBITDA Ajustado considerando IE Madeira e Garanhuns foi de R\$ 738,8 milhões (+18% vs. 2T20). Já no semestre o EBITDA da participação da ISA CTEEP nas subsidiárias não consolidadas IE Madeira e IE Garanhuns totalizou R\$ 121,0 milhões e R\$ 21,0 milhões no 1S21, respectivamente. Dessa forma, o EBITDA Ajustado considerando IE Madeira e Garanhuns foi de R\$ 1,6 bilhão no semestre (+21% vs. 1S20).



¹ IE Madeira e IE Garanhuns

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 138,4 milhões no 2T21, aumento de R\$ 110,6 milhões comparado à despesa no 2T20. No 1S21, o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 254,6 milhões, aumento de R\$ 177,5 milhões na comparação com o 1S20. Esse resultado deve-se às novas captações (9ª e 10ª emissão de debêntures, 8ª emissão de notas promissórias comerciais e desembolsos BNDES) e aumento das despesas com variações monetárias em função da alta do IPCA.

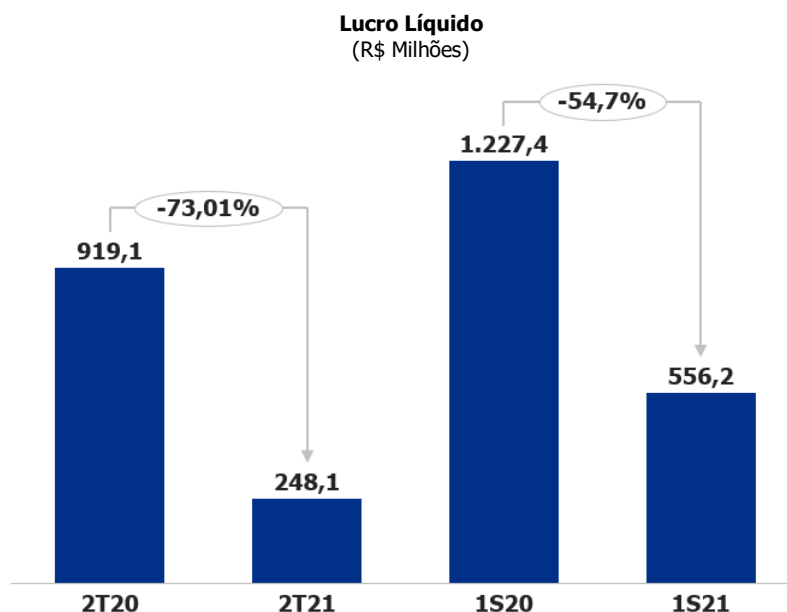
Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita Financeira	16,7	97,6	-82,9%	36,5	291,2	-87,5%
Rendimento de aplicação financeira	15,4	10,4	48,0%	25,2	32,4	-22,4%
Operação de hedge	0,0	74,0	-100,0%	0,0	244,1	-100,0%
Outros	1,3	13,1	-90,2%	11,3	14,6	-22,6%
Despesa Financeira	(155,1)	(125,4)	23,7%	(291,1)	(368,3)	-21,0%
Juros e encargos sobre empréstimos	(148,9)	(41,9)	255,3%	(278,2)	(105,0)	164,9%
Operação de hedge	0,0	(78,2)	-100,0%	0,0	(254,2)	-100,0%
Outras	(6,2)	(5,3)	17,0%	(12,9)	(9,1)	41,1%
Total	(138,4)	(27,8)	397,5%	(254,6)	(77,1)	230,1%

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras receitas e despesas operacionais atingiu despesa de R\$ 11,8 milhões no 2T21, redução de R\$ 157,1 milhões comparado à despesa no 2T20. No 1S21, atingiu despesa de R\$ 24,0 milhões, redução de R\$ 159,0 milhões na comparação com o 1S20. Esse resultado deve-se aos ganhos no 2T20, operação de *Real Estate* e decisão favorável em um processo judicial referente à indenização por desapropriação de terrenos, que não se repetiram no 2T21.

Lucro Líquido¹

Pelos fatores apresentados acima, o lucro líquido registrado no 2T21 foi de R\$ 248,1 milhões e R\$ 556,2 milhões no 1S21. Expurgando os efeitos da PA da RTP e RBSE do resultado em ambos os períodos e os ganhos referentes à operação de *Real Estate* e decisão favorável em um processo judicial referente à indenização por desapropriação de terrenos em 2T20, o lucro líquido teria sido de R\$270,9 milhões no 2T21 (-7,0% vs. 2T20) e R\$ 627,0 milhões no 1S21 (+4,6% vs. 1S20).



¹ Ajustado pela participação do acionista não controlador

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e Regulatório no trimestre e acumulado do ano estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões) IFRS vs. Regulatório	IFRS 2T21	Regulatório 2T21	Varição	IFRS 1S21	Regulatório 1S21	Varição
Receita Operacional Bruta	1.703	922	781	2.964	1.922	1.042
Receita de O&M ¹	172	172	0	491	491	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) ²	0	232	-232	0	412	-412
Receita RBSE	836	494	343	1.203	987	216
Implementação de infraestrutura	262	0	262	498	0	498
Remuneração do ativo da concessão	351	0	351	663	0	663
Ganho/Perda na eficiência na implementação de infraestrutura	62	0	62	83	0	83
Outras receitas	19	24	-5	26	33	-7
Deduções	-192	-130	-62	-365	-277	-88
Receita Operacional Líquida	1.511	792	719	2.599	1.645	954
Custos de Construção	-227	0	-227	-413	0	-413
Custos de O&M e Despesas Gerais	-140	-147	7	-269	-285	16
Custos dos serviços prestados	-3	-3	0	-8	-8	0
Depreciação	-5	-148	143	-10	-286	276
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	54	0	54	54	0	54
Resultado do Serviço	1.190	494	696	1.953	1.065	887
Equivalência Patrimonial	122	11	111	247	12	234
Amortização do ágio	1	-1	1	0	-1	1
Outras receitas (despesas) operacionais	4	-11	15	-6	-23	16
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	1.316	493	823	2.193	1.054	1.139
Resultado Financeiro	-139	-138	-1	-255	-255	0
IR & CSLL	-324	-103	-221	-500	-238	-262
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	853	252	602	1.438	562	876
Participação do acionista não controlador	-3	-3	0	-5	-5	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	850	248	602	1.433	556	876

¹ Contempla RAP de O&M, PA, PV, Antecipações e Encargos Regulatórios da Controladora e das Subsidiárias

² Contempla Receita de CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) da Controladora e das Subsidiárias

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas com o reconhecimento da margem de construção e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 1S21 totalizou 23% em IFRS e 23% no regulatório.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2021, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 6.786,2 milhões, aumento de R\$ 2.304,0 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, principalmente pelas captações da 10ª emissão de debêntures realizada em fevereiro de 2021 e 8ª emissão de notas promissórias comerciais em maio de 2021 e reconhecimento de R\$ 375 milhões da dívida de PBTE, após a conclusão da compra do ativo.

A queda nas disponibilidades da ISA CTEEP e subsidiárias 100% no 2T21 reflete principalmente a compra de PBTE (R\$ 1,6 bilhão), parcialmente compensada pela captação realizada para a recomposição de caixa frente aos investimentos realizados pela Companhia.

Considerando a exclusão das disponibilidades das subsidiárias não consolidadas, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 5.318,8 milhões em junho de 2021 vs. R\$ 2.332,5 milhões em dezembro de 2020 e a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 1,87x no fechamento de 2T21.

Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	30/06/2021	31/12/2020	Var (%)
Dívida Bruta	6.786,2	4.482,2	51,4%
Curto Prazo	1.355,8	312,6	333,8%
Longo Prazo	5.430,4	4.169,6	30,2%
Disponibilidades Consolidadas	1.815,5	2.520,9	-28,0%
Disponibilidades ISA CTEEP e Subsidiárias 100%	1.467,4	2.149,7	-31,7%
Disponibilidades Subsidiárias não consolidadas ¹	348,1	371,2	-6,2%
Dívida Líquida²	5.318,8	2.332,5	128,0%

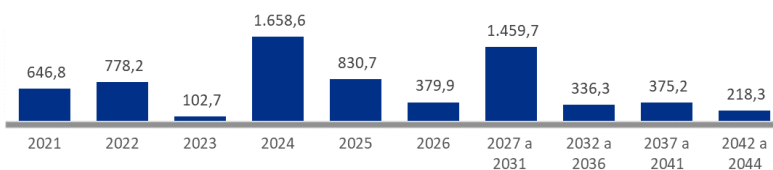
¹ Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas (IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA CTEEP e subsidiárias 100%

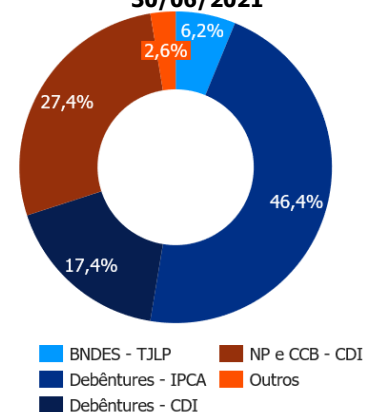
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para 2021, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo VII deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 9,61% a.a. em 30 de junho de 2021 vs. 7,59% a.a. em 31 de dezembro de 2020. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de junho de 2021 era de 6,9 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação 30/06/2021



PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício (IFRS).

Em junho de 2018, a administração informou a prática de proventos com proposta de distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita à aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

Relativos ao exercício social de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 25 de março de 2021, o montante de R\$ 524,4 milhões correspondentes a R\$ 0,795967/ação que foram pagos em 21 de maio de 2021.

Em 02 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou dividendos intermediários relativos ao exercício social de 2021 no montante de R\$ 331,1 milhões correspondentes a R\$ 0,502542/ação que foram pagos em 15 de julho de 2021.

INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas³ investiram R\$ 343,2 milhões no 2T21, aumento de R\$ 60,3 milhões em relação ao 2T20. Já no 1S21, os investimentos totalizaram R\$ 635,3 milhões, aumento de R\$ 73,8 milhões em relação ao 1S20. Essas variações são explicadas, principalmente, pelo aumento nos investimentos em reforços e melhorias devido novas autorizações e avanço nas obras dos projetos *greenfield*, especialmente projetos Itaúnas, Biguaçu e Ivaí. A companhia busca aumentar o volume de investimentos para o 2S21 em 2021, com projeção de pouco mais de R\$ 1,5 bilhão para o ano de 2021.

(R\$ milhões)	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Reforços e Melhorias	78,3	70,6	10,9%	137,4	77,8	76,5%
Projetos <i>Greenfield</i>	265,0	212,4	24,8%	498,0	483,7	3,0%
Total	343,3	283,0	21,3%	635,3	561,5	13,2%

O anexo I detalha os investimentos por projeto *greenfield*.

Investimentos em Reforços e Melhorias

No 2T21, foram realizados R\$ 78,3 milhões de investimentos, aumento de R\$ 7,7 milhões em relação ao mesmo período de 2020.

A Companhia possui autorizações para 267 projetos com investimento ANEEL de R\$ 1,8 bilhão que poderão ser executados nos próximos 4 anos. Para 2021, é esperada a energização de metade dos projetos de reforços no *pipeline*.

Investimentos em Projetos *Greenfield*

Nos últimos 6 anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que somam investimento ANEEL (ponderado pela participação da ISA CTEEP) de R\$ 6,3 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2021/2022) de cerca de R\$ 668 milhões, após a entrada em operação dos ativos. A Companhia já energizou 4 desses projetos (Itapura Bauru, Itaquerê, Tibagi e Aguapeí) com eficiência média de CapEx de 36% e antecipação média de 11 meses.

³ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

A seguir, apresentamos as informações dos projetos arrematados:

IE Itapura

A Interligação Elétrica Itapura S.A. ("IE Itapura") é responsável pela execução do Lote 25 arrematado no Leilão nº 015/2016 ("Itapura Bauru"), promovido pela ANEEL em abril de 2017, e do Lote 10 arrematado no Leilão nº 02/2018 ("Itapura Lorena"), realizado em junho de 2018. Itapura Bauru está localizada no estado de São Paulo e é formada pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18 e concluídas no 3T19, quando o empreendimento obteve o Termo de Liberação Definitiva ("TLD") do ONS referente ao início da sua operação comercial plena em 27 de agosto de 2019. Esse projeto foi concluído com eficiência de CapEx de 50% e antecipação de 18 meses. Itapura Lorena é responsável pela implantação de uma subestação com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo, e linha de transmissão de 7km de circuito. Em agosto de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pela CETESB referente à subestação do empreendimento, dando início imediato às obras no 3T19. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado nesse projeto foi de R\$ 106 milhões.

IE Itaquerê

A Interligação Elétrica Itaquerê S.A. ("IE Itaquerê") é responsável pela execução do Lote 6 arrematado no Leilão nº 015/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVA na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18. O primeiro equipamento foi energizado em julho de 2020 recebeu RAP parcial até sua conclusão, em dezembro de 2020. Esse projeto foi entregue com eficiência de CapEx de 40% e antecipação de 11 meses.

IE Tibagi

A Interligação Elétrica Tibagi S.A. ("IE Tibagi") é responsável pela execução do Lote 5 arrematado no Leilão nº 015/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017. O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação de uma linha de transmissão de 17 km e uma subestação. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e as obras foram iniciadas no 3T18. Esse projeto foi entregue no 4T20 com eficiência de CapEx de 12% e antecipação de 8 meses.

IE Aguapeí

A Interligação Elétrica Aguapeí S.A. ("IE Aguapeí") é responsável pela execução do Lote 29 arrematado no Leilão nº 005/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e o 121 km de linhas de transmissão (140 km de circuito). Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI's expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e iniciou suas obras no 3T19. A energização ocorreu no 1T21. Esse projeto foi entregue com 6 meses de antecedência do prazo ANEEL e eficiência de CapEx de 43%.

IE Itaúnas

A Interligação Elétrica Itaúnas S.A. ("IE Itaúnas") é responsável pela execução do Lote 21 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela ANEEL em outubro de 2016. O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, a construção de uma nova subestação e a ampliação de uma subestação existente. As obras de ampliação iniciaram no 3T18. As licenças de instalação para a linha de transmissão e para a construção da subestação foram expedidas em agosto de 2019, e suas obras iniciadas no 3T19. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado no projeto foi de R\$ 209,1 milhões.

IE Biguaçu

A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. ("IE Biguaçu") é responsável pela execução do lote 01 leilão ANEEL nº 002/2018 realizado em junho de 2018. O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km de circuito, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos. No 4T20, o projeto obteve a Licença de Instalação para a subestação Ratonos e equipamentos das zonas de transição. O processo de licenciamento das linhas de transmissão foi concluído no 1T21. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado no projeto foi de R\$ 227,5 milhões.

IE Paraguaçu

A IE Paraguaçu é responsável pela execução do Lote 3 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela ANEEL em outubro de 2016, em que a Companhia participa em parceria com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R\$ 235,7 milhões.

IE Aimorés

A IE Aimorés é responsável pela execução do Lote 4 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela ANEEL em outubro de 2016, em que a Companhia participa em parceria com a Taesa, na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a LI foi expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R\$ 160,2 milhões.

IE Ivaí

A IE Ivaí é responsável pela execução do Lote 01 arrematado no Leilão nº 05/2016 promovido pela ANEEL em abril de 2017, em que a Companhia participa em parceria com a Taesa, na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de 3 subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 600 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, totalizando 1.200km. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R\$ 658,8 milhões.

Projeto Minuano

O projeto Minuano é responsável pela execução do Lote 3 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela ANEEL em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 800 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão. No 4T20, o projeto obteve a Licença de Instalação para a subestação Caxias Norte. Em abril de 2020, as obras da subestação foram iniciadas. O processo de licenciamento das linhas de transmissão está em andamento. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado nesse projeto foi de R\$ 27,7 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária Evrecy.

Projeto Três Lagoas

O projeto Três Lagoas é responsável pela execução do Lote 6 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela ANEEL em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A LI do empreendimento foi obtida em janeiro de 2021. Em abril de 2021, as obras foram iniciadas. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado do projeto foi de R\$ 20,1 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária IE Tibagi.



Projeto Triângulo Mineiro

O projeto Triângulo Mineiro é responsável pela execução do Lote 7 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela ANEEL em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 173 km de linhas de transmissão. A expectativa é de obter a LI no 3T21. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado do projeto foi de R\$ 31,6 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.).

Projeto Riacho Grande

O projeto Riacho Grande é responsável pela execução do Lote 7 arrematado no Leilão nº 01/2020 promovido pela ANEEL em dezembro de 2020. O empreendimento é formado pela implementação de 63 km de linhas de transmissão e de 800 MVA de potência para suprir as cargas das regiões Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e região do ABC. A expectativa de obtenção da LI é no 3T23. Até 30 de junho de 2021, o CapEx total realizado do projeto foi de R\$ 8,0 milhões.

SUSTENTABILIDADE | Desempenho ESG⁴

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, e seus compromissos são reforçados pela estratégia da Companhia, que tem como foco a geração de valor sustentável e responde aos desafios globais expressos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Companhia busca contribuir com o alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), considerando prioritariamente seis deles, tendo as alianças e cooperações (ODS 17) como eixo transversal de sustentação.



Aporta recursos e conhecimentos em prol das novas gerações, a partir da estratégia de investimento social privado, do voluntariado corporativo e do Conexões para o Desenvolvimento, um dos programas de sustentabilidade da Companhia que busca fortalecer as capacidades do ecossistema comunitário para gerar transformações nos territórios de influência.



Contribui por meio da transmissão de energia elétrica, participando ativamente do setor elétrico e nos ecossistemas de inovação, desenvolvendo iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporciona bem-estar e acesso à energia com confiabilidade e segurança para população.



A Companhia reforça seu compromisso na conexão de energia renovável, a partir de emissões de debêntures verdes (*GreenBonds*) para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.



O “Conexão Jaguar”, um dos programas de sustentabilidade da Companhia, tem como principais objetivos, a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças do clima e o desenvolvimento local. Atualmente apoia uma das regiões reconhecidas como Patrimônio Natural da Humanidade – Serra do Amolar, Pantanal – com a conservação de mais de 76 mil hectares de áreas preservadas. Para saber mais, acesse: <https://conexionjaguar.org/pt-br/conexao-jaguar/>.



O inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE) da ISA CTEEP é verificado por terceira parte independente e reconhecido com o Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol.



A Companhia conta com o Programa de Ética Empresarial e Integridade, além da Política Anticorrupção, que orienta a conduta dos colaboradores nas interações com seus públicos de relacionamento.

Sustentabilidade no Negócio

A proteção dos ecossistemas faz parte de nossas atividades, sendo contemplada desde a elaboração dos projetos. Estudamos e selecionamos os melhores traçados para as linhas de transmissão e modelos de subestações que minimizem os impactos. Buscamos garantir que as atividades de operação e manutenção realizadas também não causem impactos significativos à biodiversidade. Para minimizar esses efeitos e potencializar as respostas ambientais de nossas eventuais compensações, mantemos preservados maciços florestais com o intuito de maximizar o equilíbrio ecológico. Os detalhes das iniciativas de preservação e dos programas voluntários de conservação, como o Conexão Jaguar, podem ser consultados em nosso [Relatório de Sustentabilidade](#) de 2020, auditado por terceira parte independente e publicado no 1T21.

⁴ ESG (Environmental, Social and Governance). Em português ASG (Ambiental, Social e Governança).

O tema de sustentabilidade é prioridade para todo o Grupo ISA. Este ano, a *holding* foi reconhecida com a Medalha de Bronze do "The Sustainability Yearbook" na medição anual do DJSI (*Dow Jones Sustainability Index*), que coloca a ISA como uma das empresas mais sustentáveis do mundo. Isto demonstra o compromisso do Grupo com o trabalho para contribuir com a mitigação das mudanças climáticas e apoiar as populações mais vulneráveis.

Ambiental

Registramos em junho, pelo quarto ano consecutivo, o inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), o qual foi verificado por terceira parte independente e reconhecido com o Selo Ouro no Registro Público de Emissões, plataforma desenvolvida pelo Programa Brasileiro GHG Protocol, do qual somos membros.

Em linha com uma cultura já enraizada de inovação e sustentabilidade, iniciamos o projeto piloto para a troca dos 227 veículos leves da frota administrativa da empresa para carros verdes elétricos e adquirimos no mês de maio um IEV20, da Jac Motors, um veículo elétrico que será utilizado nos deslocamentos a serviço de colaboradores.

Social

A saúde dos nossos colaboradores é um valor para a nossa companhia, e com o objetivo de sempre trazer informações relevantes e esclarecer dúvidas sobre a vacinação e a pandemia Covid-19, promovemos encontros virtuais dos nossos colaboradores com médicos especialistas. Visando estimular a vacinação dos colaboradores, em junho lançamos o vacinômetro, uma ferramenta que permite acompanhar a vacinação de nossa equipe e que possibilita o planejamento de condições seguras de trabalho e planejamento de retorno futuro para todos.

Conscientes de que a promoção do impacto social depende do engajamento de todos, participamos da 13ª edição da Maratona Mundial de Voluntariado Stop Hunger em prol do combate à fome e à má nutrição e nossos colaboradores doaram 1.461 cestas básicas. Em contrapartida, a ISA CTEEP contribuiu com a doação de 1.400 cestas básicas que foram destinadas a 125 instituições distribuídas pelo Brasil e que beneficiaram mais de 2.860 famílias.

A empresa também iniciou duas importantes ações sociais de fomento à educação e ao esporte, ao lado de importantes aliados como o Instituto Esporte e Educação (IEE), criado pela atleta Ana Moser, e o Instituto Guga Kuerten, com o Programa de Esporte e Educação – Campeões da Vida, promovendo transformação social e o apoio às ações de educação nos estados de Santa Catarina e Maranhão.

No âmbito da diversidade, com a nomeação de Carisa Cristal à posição de CFO em maio deste ano, a ISA CTEEP se tornou a empresa do setor elétrico brasileiro com a maior participação de mulheres em cargo de diretoria. No último ano, a empresa lançou o programa Outros Olhares, que direciona a estratégia de diversidade e inclusão da companhia, além de ampliar discussões e conscientização sobre o tema, por meio de quatro pilares: equidade de gênero; pessoa com deficiência; gerações, LGBT e multiculturalidade; e raça.

Governança

Com o compromisso de atuar cada vez mais na geração de valor sustentável ao negócio, a ISA CTEEP aderiu em maio à [Plataforma de Transparência de Título Verdes](#) (Green Bond Transparency Platform – GBTP), desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a divulgação de informações de forma padronizada acerca do uso dos recursos, impactos, metodologias e padrões empregados nas emissões dos títulos verdes. Com a associação à plataforma, a companhia reforça o seu compromisso com a sustentabilidade, bem como disponibiliza de forma segura e ampla as informações sobre o mercado de títulos verdes.



COVID-19

A ISA CTEEP presta um serviço essencial para a sociedade, e tem o compromisso e a responsabilidade de preservar a saúde e segurança de seus públicos de relacionamentos. As seguintes medidas de proteção e de monitoramento dos impactos causados pela pandemia têm sido mantidas, tais como:

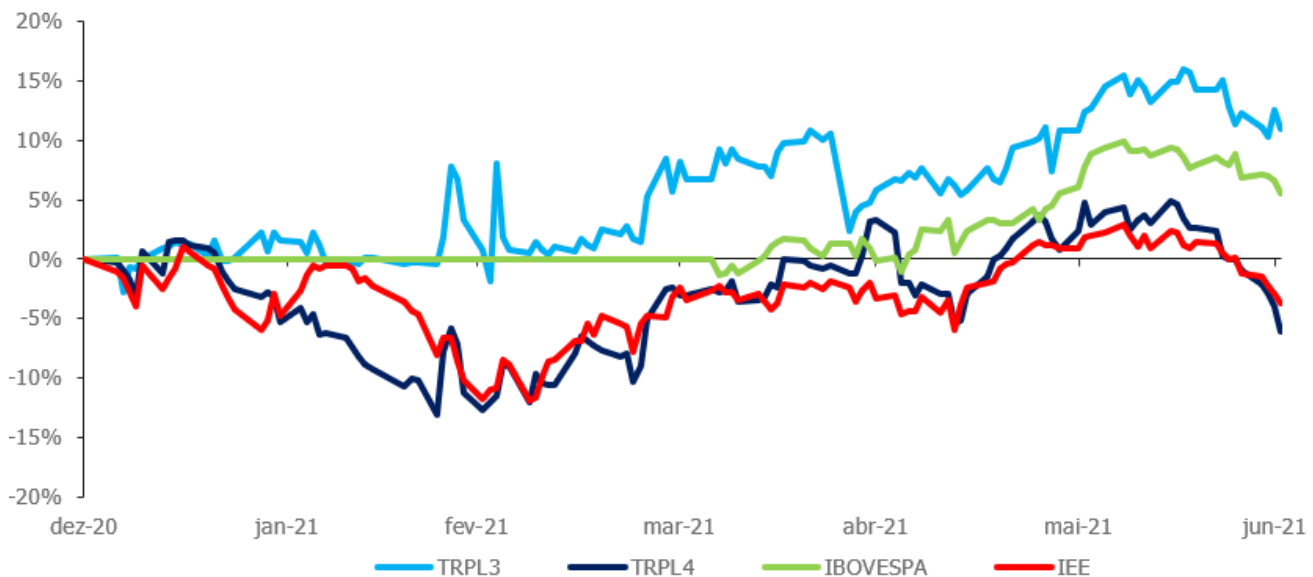
- Adoção do teletrabalho para 100% das equipes administrativas;
- Ativos em construção seguindo todos os protocolos de segurança recomendados;
- Acompanhamento periódico por meio de um comitê multidisciplinar, com a liderança da alta direção; e
- Monitoramento e promoção da saúde física e mental dos colaboradores, com a criação do canal de saúde (disponível 24 horas), e reforço de comunicações internas sobre a COVID-19.

MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa, o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o segundo trimestre de 2021 cotadas a R\$ 31,35 e R\$ 25,09, respectivamente.

Desempenho TRPL3, TRPL4 vs. IBOV e IEE (base 100): 31/12/2020 a 30/06/2021



EVENTOS DO PERÍODO

8ª (oitava) Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 06 de maio de 2021, a Companhia realizou a 8ª (oitava) emissão de notas promissórias comerciais. Foram emitidas 800 (oitocentas) Notas, com valor nominal unitário de R\$ 1,5 milhão na data de emissão, totalizando um montante de R\$ 1,2 bilhão sendo o prazo de vencimento das Notas Promissórias Comerciais de 1.096 dias corridos contados da data de emissão. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Reperfilamento do RBSE

Em 22 de abril de 2021, a Companhia divulgou que a ANEEL aplicou o reperfilamento do RBSE, na busca por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023, minimizando os impactos para os consumidores. A Medida encerra a discussão regulatória de quase uma década sobre o pagamento do RBSE e, embora reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para ISA CTEEP, que seguirá atenta ao fiel cumprimento dos pagamentos determinados tendo em vista a relevância do tema para a sociedade e seus acionistas. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de dividendos

Em 02 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou dividendos intermediários relativos ao exercício social de 2021 no montante de R\$ 331,1 milhões correspondentes a R\$ 0,502542/ação que foram pagos em 15 de julho de 2021. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

Encerramento da 4ª Emissão de Debêntures

Em 15 de julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento final da 4ª Emissão de debêntures no montante de R\$ 192, 4 MM, sendo R\$ 181,5 MM de Principal e R\$ 10,9 MM de juros. [Clique aqui](#) para acessar os detalhes.

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência 2T21

30.07.2021

10h00 (BRT) / 09h00 (EST)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 4210-1803 / +55 11 3181-8565

Outros Países: +1 412 717-9627

Senha: ISACTEEP

Webcast: [clique aqui](#)

Todos dados para conexão estão disponíveis no site de Relações com Investidores: www.isactEEP.com.br/ri

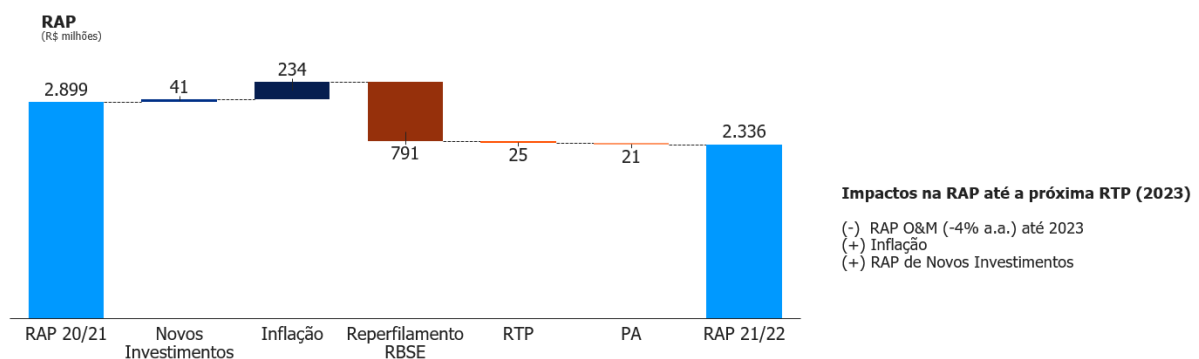
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Reajuste Anual da RAP

Em 19 de julho de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.895 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 (ciclo 2021/2022).

De acordo com a REH nº 2.895, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da **Controladora**, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 2.336 milhões no ciclo 2021/2022:

- correção monetária¹ do ciclo 2020/2021 (IPCA), no total de R\$ 234 milhões, que inclui a correção de R\$ 148 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- entrada em operação de novos projetos de reforços durante o Ciclo 2020/2021, que adicionou R\$ 41 milhões à RAP;
- alteração da curva de pagamento do componente financeiro da RBSE decorrente do reperfilamento adotado pela ANEEL para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023;
- efeitos da revisão tarifária periódica, principalmente devido a definição de novo patamar para os custos de O&M, com impacto negativo de aproximadamente R\$ 30 milhões, compensado por R\$ 5 milhões ao ano de pleitos do recurso administrativo reconhecidos pela ANEEL em 2021; e
- parcela de ajuste (PA) negativa de R\$ 21 milhões explicada pela PA de Melhorias de Pequeno Porte +R\$ 25 milhões, PA do recurso administrativo da RTP +R\$ 12,7 milhões e outras PAs de +R\$ 12,4 milhões, parcialmente compensada pela devolução de receita recebida antecipadamente de -R\$ 71 milhões.



A RAP das **Controladas** em operação (IEMG, Evrecy, IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IENNE, IESUL, Itapura Bauru, IE Itaquere, IE Tibagi, IE Aguapei e PBTE), líquida de PIS e COFINS, totalizou R\$ 565 milhões no ciclo 2021/2022. A variação apresentada é explicada pela:

- correção monetária do ciclo 2020/2021 no total de +R\$ 51 milhões;
- energização do projeto da IE Pinheiros no total de +R\$ 6 milhões;
- resultado da revisão tarifária da Evrecy, que apresentou redução da RAP de R\$ 1 milhão;
- redução da RAP da IE Tibagi em aproximadamente 13,5% em função da alteração do escopo; e
- parcelas de ajustes do ciclo

A RAP e os valores correspondentes à PA das **subsidiárias não consolidadas** (IE Madeira e IE Garanhuns), líquida de PIS e COFINS, passaram para R\$ 678 milhões no ciclo 2021/2022. Esse aumento é explicado basicamente pela correção monetária do período.

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAPs para o ciclo 2021/2022. Os valores incluem encargos regulatórios, mas estão líquidos de PIS e COFINS.

CONTROLADORA											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	RAP Ciclo 21/22 REH 2895	PA	RAP Ciclo 21/22 ¹
ISA CTEEP			1.057	85	41	0	(25)	0	1.157	(21)	1.137
ISA CTEEP - RBSE	059/2001	IPCA	1.842	148	0	(791)	0	0	1.200	0	1.200
Total Controladora			2.899	234	41	(791)	(25)	0	2.357	(21)	2.336

SUBSIDIÁRIAS (100% ISA CTEEP)											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	RAP Ciclo 21/22 REH 2895	PA	RAP Ciclo 21/22 ¹
Subsidiárias (100%) em operação			538	51	6	0	0	(4)	592	(27)	565
IE MG	004/2007	IPCA	20	2	0	0	0	0	22	(0)	22
EVRECY ²	020/2008	IGP-M	13	5	0	0	(1)	(0)	18	0	18
	012/2008		11	1	0	0	0	0	12	(0)	12
	015/2008		39	3	6	0	0	0	48	(4)	45
	018/2008		6	0	0	0	0	0	7	(1)	6
	021/2011		6	0	0	0	0	0	7	(0)	6
	026/2009 ⁷		43	3	0	0	0	0	47	(0)	47
IE JAPI	143/2001	IGP-M	13	5	0	0	0	0	18	(0)	18
IE NENNE	001/2008	IPCA	49	4	0	0	0	0	53	5	58
IE SUL	013/2008	IPCA	6	1	0	0	0	0	7	(0)	7
	016/2008		14	1	0	0	0	0	15	0	15
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	12	1	0	0	0	0	13	(0)	13
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	52	4	0	0	0	(1)	55	(2)	53
IE TIBAGI ³	026/2017	IPCA	21	2	0	0	0	(3)	19	(9)	11
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	60	5	0	0	0	0	65	(10)	55
PBTE	012/2016	IPCA	172	14	0	0	0	0	186	(6)	179
Consolidado ISA CTEEP em operação			3.437	285	47	(791)	(25)	(4)	2.949	(48)	2.901

SUBSIDIÁRIAS (equivalência patrimonial)											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	RAP Ciclo 21/22 REH 2895	PA	RAP Ciclo 21/22 ¹
Subsidiárias (não consolidadas) em operação			649	52	0	0	0	0	701	(23)	678
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	297	24	0	0	0	0	321	(11)	310
	015/2009		255	21	0	0	0	0	276	(9)	267
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	96	8	0	0	0	0	104	(4)	100
Participação ISA CTEEP			331	27	0	0	0	0	357	(12)	346
ISA CTEEP em operação			3.768	311	47	(791)	(25)	(4)	3.306	(59)	3.247

SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO											
Concessionária (R\$ milhões)	Contrato	Índice	RAP Ciclo 19/20 REH 2.565	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	RAP Ciclo 20/21 REH 2.725	PA	RAP Ciclo 20/21 ¹
Subsidiárias (100%) em construção			181	16	0	0	0	0	266	0	266
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	53	4	0	0	0	0	58	0	58
IE TIBAGI	006/2020	IPCA	5	1	0	0	0	0	6	0	6
IE ITAPURA	021/2018	IPCA	11	1	0	0	0	0	12	0	12
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	41	3	0	0	0	0	45	0	45
EVRECY	001/2020	IPCA	38	4	0	0	0	0	42	0	42
IE MG	007/2020	IPCA	33	3	0	0	0	0	36	0	36
IE Riacho Grande	005/2021	IPCA	0	0	0	0	0	0	68	0	68
Subsidiárias (não consolidadas) em construção			501	40	0	0	0	0	541	0	541
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	121	10	0	0	0	0	130	0	130
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	81	7	0	0	0	0	87	0	87
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	300	24	0	0	0	0	324	0	324
Participação ISA CTEEP			251	20	0	0	0	0	271	0	271
ISA CTEEP em construção			432	36	-	-	-	-	537	-	537
ISA CTEEP em operação e em construção			4.200	348	47	(791)	(25)	(4)	3.843	(59)	3.783

¹ RAP ciclo 2021/2022 com PA.

² Inclui PIS / COFINS

³ Valor da RAP da IE Tibagi considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e da RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações da RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017. Entretanto, o pagamento do componente financeiro Ke foi suspenso em 2017 em função de liminares obtidas por alguns consumidores na justiça.

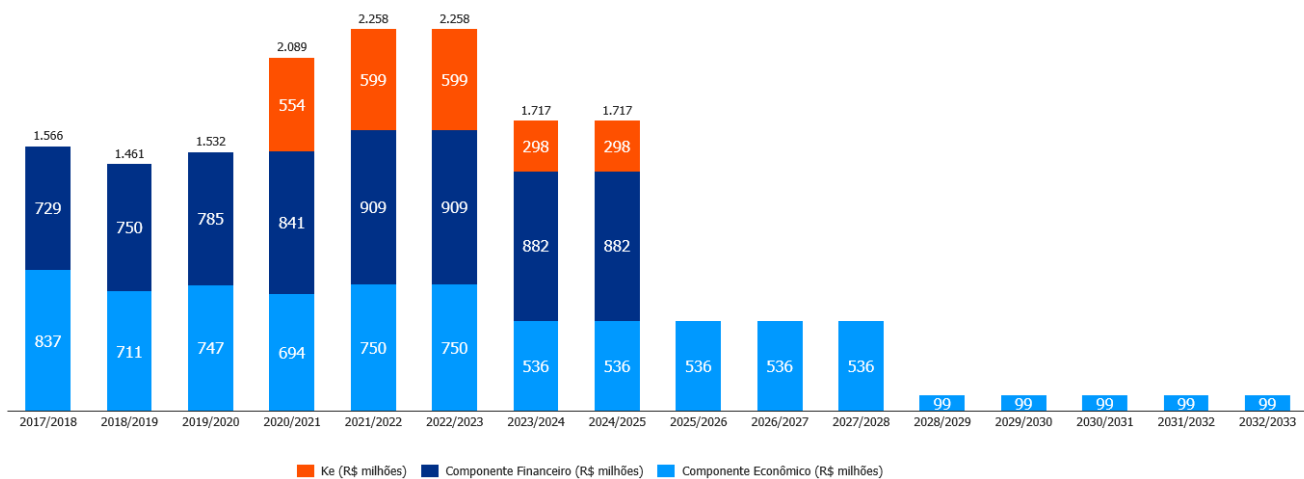
A partir de novembro/19 o judiciário passou a julgar improcedente alguns processos, que motivaram a suspensão do Ke na remuneração do componente financeiro. A ANEEL incluiu assim a remuneração do componente financeiro pelo "Ke" na RAP no ciclo 2020-2021, desconsiderando os efeitos financeiros do atraso no pagamento, sendo atualizado somente pelo IPCA.

Em 22 de abril de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.851/21, a ANEEL definiu o resultado do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP, reconhecendo o direito das transmissoras a remuneração da parcela suspensa por liminar e reperfilando os pagamentos do componente financeiro a partir do ciclo 2021-2022. No novo fluxo foi estabelecido uma redução da curva de pagamento do componente financeiro para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023. Nos

ciclos subsequentes, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

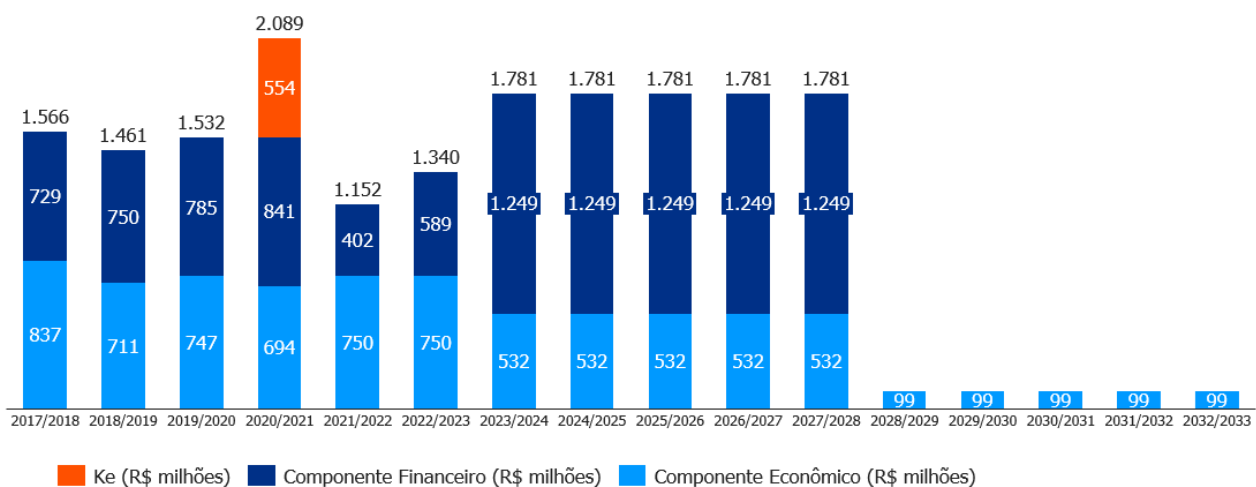
O reperfilamento ocorreu em função da crise econômica ocasionada pela COVID-19, na qual a ANEEL procurou por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023. A definição apresentada pela ANEEL contribuirá com a modicidade tarifária, minimizando os impactos para os consumidores que estão sendo diretamente afetados pela pandemia. Vale destacar que, apesar do descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, a decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL preserva o valor econômico para ISA CTEEP, uma vez que as premissas a serem válidas a partir do ciclo 2021/2022 foram: (i) a conclusão do pagamento do componente financeiro do RBSE até o ciclo 2027/2028; (ii) a redução da amortização da dívida com o componente financeiro do RBSE sem efeito no aumento do saldo a pagar; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018.

Antigo Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565) e 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020. Valores nominais - data base: Junho de 2021

Novo Fluxo de Recebimento da RBSE (R\$ milhões)



Nota: Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565), 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725) e 2021/2022 (REH ANEEL nº 2.895). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020. Valores nominais - data base: Junho de 2021

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”) e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp (“AAFC”) obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 30 de junho de 2021, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2,3 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril de 2019.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

GLOSSÁRIO

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração dos regulatória (QRR).

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

Crescimento orgânico - crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - Instalações com tensão inferior a 230 kV.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization) – Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios - são arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

Energização - início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Greenfield - projetos de crescimento por meio de leilões.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da Bolsa (B3), que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

Leilões de Transmissão de Energia – Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

Melhoria - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MME – Ministério de Minas e Energia.

O&M - Operação e Manutenção.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras receitas - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

PA (Parcela de Ajuste) - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).



PV (Parcela Variável) - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

RAP (Receita Anual Permitida) - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos onde os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - é a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

ANEXOS

Anexo I – Projetos Greenfield

Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2021/2022 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciament o Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário ³	Avanço Físico ⁴	Entrada em Operação Comercial
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	65	fev-17	fev-22	jan-19	✓	2T19	98%	92%	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	44	fev-17	fev-22	jan-19	✓	2T19	99%	91%	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espirito Santo	298	25,1%	58	fev-17	fev-22	jul-18	✓	3T18	100%	70%	-
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí ² (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	162	ago-17	ago-22	fev-21	✓	4T19	95%	80%	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo ⁵ Paraná	135	32,2%	11	ago-17	ago-21	jan-17	✓	3T18	100%	100%	4T20
	IE Itaquerê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	53	ago-17	ago-21	jun-18	✓	3T18	100%	100%	3T20
	IE Aguaapé (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	55	ago-17	ago-21	dez-18	✓	3T19	100%	100%	1T21
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	13	ago-17	fev-21	ago-19	✓	2T18	100%	100%	3T19
	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	12	set-18	set-22	jan-20	✓	3T19	100%	97%	-
	IE Biguaçu ⁶ (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	45	set-18	set-23	set-21	✓	1T21	93%	72%	-
Leilão 02/2019 19/12/2019	Minuano ⁶ (Lote 1)	100%	Rio Grande do Sul	682	66,9%	42	mar-20	dez-24	jan-20	3T21	-	71%	32%	-
	Três Lagoas (Lote 6)	100%	Mato Grosso do Sul São Paulo	99	68,1%	6	mar-20	jun-23	jan-20	✓	1T21	88%	60%	-
	Triângulo Mineiro (Lote 7)	100%	Minas Gerais	554	65,4%	36	mar-20	dez-24	jan-20	3T21	-	83%	26%	-
Leilão 01/2020 17/12/2020	Riacho Grande (Lote 7)	100%	São Paulo	1,141	57,9%	68	mar-21	dez-25	jan-26	3T23	-	-	9%	-
Total				6,306		668								

¹Conforme contrato de concessão | ²Para recebimento da totalidade da RAP | ³Avanço Fundiário: evolução das propriedades liberadas | ⁴Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização | ⁵Valor da RAP da IE Tibagi considera ajuste decorrente do aditivo contratual (-13,5%), aprovado pela Diretoria da ANEEL em 26/10/20 | ⁶Obtenção de LI parcial

Investimentos (R\$ milhões)	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S220	Var (%)
Reforços/Melhorias	78,3	70,6	10,9%	137,4	77,8	76,5%
Projetos Greenfield	265,0	212,4	24,8%	498,0	483,7	3,0%
Aguaapé	0,1	59,9	-99,8%	35,9	147,1	-75,6%
Aimorés (50%)	2,8	18,2	-84,8%	4,7	58,3	-92,0%
Biguaçu	65,0	20,1	223,5%	110,5	22,0	403,3%
Itapura Lorena	19,0	4,6	313,5%	31,3	27,6	13,5%
Itaquerê	0,0	10,0	-100,0%	0,5	11,0	-95,5%
Itaúnas	19,8	23,7	-16,3%	31,4	40,8	-23,1%
Ivaí (50%)	109,7	49,2	123,0%	212,1	83,6	153,8%
Minuano	8,3	1,4	496,4%	17,1	1,4	1128,5%
Paraguaçu (50%)	3,5	29,1	-88,1%	5,5	91,1	-93,9%
Riacho Grande	8,0	0,0	N.A	8,0	0,0	N.A
Tibagi	0,4	(4,3)	-109,5%	1,5	0,3	394,8%
Três lagoas	14,9	0,2	7260,1%	18,0	0,2	8758,1%
Triângulo Mineiro	13,5	0,4	3381,7%	21,4	0,4	5433,9%
Total	343,3	283,0	21,3%	635,3	561,5	13,2%

Nota: Considera a participação proporcional de 50% da ISA CTEEP nas subsidiárias não consolidadas

Anexo II - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.090.994	2.067.337
Aplicações financeiras	724.512	453.557
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	594.163	658.932
Estoques	21.090	22.652
Serviços em Curso	20.505	22.259
Tributos e contribuições a compensar	107.737	28.807
Instrumentos financeiros derivativos	2.259	12.368
Créditos com partes relacionadas	15.206	14.994
Despesas pagas antecipadamente	28.473	6.400
Caixa restrito	3.866	1.808
Outros	72.492	60.070
	2.681.297	3.349.184
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	37.057	46.903
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	336.573	498.309
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.868.048	1.778.999
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.436	0
Cauções e Depósitos Vinculados	45.671	44.119
Instrumentos financeiros derivativos	403	226
Serviços em Curso	16.245	7.538
Outros	102.557	102.772
	2.408.990	2.478.866
Investimentos	1.549.745	1.517.335
Imobilizado	8.654.330	7.912.308
Intangível	1.656.620	359.753
	11.860.695	9.789.396
	14.269.685	12.268.262
Total do Ativo	16.950.982	15.617.446

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.113.809	94.628
Debêntures	242.011	217.948
Arrendamento	63	81
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.578
Fornecedores	90.525	153.346
Tributos e Encargos sociais a recolher	394.085	255.614
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.330	0
Encargos Regulatórios a recolher	34.900	49.457
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	16.236	500.513
Obrigações trabalhistas	45.062	45.094
Valores a Pagar - Funcesp	858	871
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Parcela de Ajuste	0	0
Outros	51.763	43.743
	2.059.122	1.366.353
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.722.627	1.208.301
Debêntures	3.707.753	2.961.318
Arrendamento	0	18
Fornecedores	14.535	0
Benefício a Empregados - Déficit Atuarial	406.048	381.978
PIS e COFINS diferidos	50.633	71.465
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	786.903	913.557
Encargos Regulatórios a recolher	50.036	48.065
Provisões	116.409	85.736
Reserva Global de Reversão - RGR	12.892	14.132
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	393.236	380.135
Outros	12.103	54.032
	7.273.175	6.118.737
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	-18.380	-18.380
Reservas de Lucros	1.336.956	1.192.077
Reserva de Reavaliação	2.028.941	2.136.052
Superávit atuarial	-240.676	-240.676
Outros Resultados Abrangentes	17.481	16.131
Lucros/Prejuízos Acumulados	556.234	1.085.973
	7.270.576	7.761.197
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	348.109	371.159
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.618.685	8.132.356
	16.950.982	15.617.446

Anexo III - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	922.052	1.700.533	-45,8%	1.922.229	2.552.011	-24,7%
Receita de Uso da Rede Elétrica	898.410	1.693.051	-46,9%	1.889.435	2.536.829	-25,5%
Outras	23.642	7.482	216,0%	32.794	15.182	116,0%
Deduções à Receita Operacional	(129.734)	(203.946)	-36,4%	(277.077)	(321.083)	-13,7%
Receita Operacional Líquida	792.318	1.496.587	-47,1%	1.645.152	2.230.928	-26,3%
Custos e Despesas Operacionais	(298.612)	(266.759)	11,9%	(579.882)	(534.971)	8,4%
Pessoal	(94.312)	(75.789)	24,4%	(185.457)	(150.655)	23,1%
Material	(5.354)	(3.973)	34,8%	(9.043)	(6.978)	29,6%
Serviços	(32.042)	(26.967)	18,8%	(62.655)	(57.049)	9,8%
Depreciação	(148.055)	(140.231)	5,6%	(286.488)	(280.782)	2,0%
Outros	(18.848)	(19.799)	-4,8%	(36.239)	(39.507)	-8,3%
Resultado do Serviço	493.706	1.229.828	-59,9%	1.065.270	1.695.957	-37,2%
Resultado Financeiro	(138.431)	(27.897)	396,2%	(254.629)	(76.515)	232,8%
Rendimento de Aplicações Financeiras	15.396	10.446	47,4%	25.157	32.429	-22,4%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(70.977)	9.032	-885,8%	(139.597)	(17.088)	716,9%
Juros Ativo/Passivos	(126)	(656)	-80,8%	782	(1.074)	-172,8%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(79.492)	(41.007)	93,8%	(142.265)	(77.476)	83,6%
Outras	(3.232)	(5.712)	-43,4%	1.294	(13.306)	-109,7%
Resultado Operacional	355.275	1.201.931	-70,4%	810.641	1.619.442	-49,9%
Equivalência Patrimonial	11.201	(63.930)	-117,5%	12.411	(43.616)	-128,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(11.786)	145.268	-108,1%	(23.961)	135.081	-117,7%
Resultado Anterior aos Tributos	354.690	1.283.269	-72,4%	799.091	1.710.907	-53,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(103.181)	(362.502)	-71,5%	(237.591)	(466.354)	-49,1%
Corrente	(141.652)	(69.687)	103,3%	(352.371)	(147.281)	139,3%
Diferido	38.471	(292.815)	-113,1%	114.780	(319.073)	-136,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado	251.509	920.767	-72,7%	561.500	1.244.553	-54,9%
Participação do Acionista não Controlador	(3.411)	(1.667)	104,6%	(5.266)	(17.164)	-69,3%
Lucro/Prejuízo	248.098	919.100	-73,01%	556.234	1.227.389	-54,68%



Anexo IV – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.023.656	3.133.131
Lucro Líquido do exercício	561.500	2.023.537
Benefício a empregados – déficit atuarial	24.070	15.368
PIS e COFINS diferidos	-20.832	71.465
Depreciação e amortização	286.488	573.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-114.780	153.387
Demandas judiciais	24.794	8.085
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	38.969	40.234
Benefício fiscal – ágio incorporado	-18	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.195	-6.531
Realização da perda em controlada em conjunto	-3.069	-1.812
Resultado de equivalência patrimonial	-12.411	60.434
Receita sobre aplicações financeiras	-3.623	-4.437
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	224.405	0
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	16.968	200.316
(Aumento) diminuição de ativos	57.789	-1.210.110
Caixa restrito	7.788	-156
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	243.788	-889.884
Estoques	1.562	-7.710
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-89.049	-202.667
Tributos e contribuições a compensar	-66.729	3.528
Despesas pagas antecipadamente	-22.073	-1.723
Cauções e depósitos vinculados	-1.348	9.856
Serviços em curso	0	-3.890
Crédito com controladas	-212	9.387
Outros	-15.939	-126.851
Aumento (diminuição) de passivos	32.559	185.567
Fornecedores	-50.816	-14.428
Tributos e encargos sociais a recolher	132.875	163.522
Obrigações trabalhistas	-32	11.753
Encargos regulatórios a recolher	-12.814	6.665
Provisões	-11.390	11.778
Valores a pagar Funcesp	-13	-1.302
Reserva Global de Reversão	-1.240	-2.480
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	13.101	28.091
Outros	-37.112	-18.032
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.114.004	2.108.588
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	-2.259.675	-936.760
Aplicações financeiras	-987.833	-1.744.485
Resgates de Aplicações financeiras	697.451	1.767.685
Imobilizado	-450.584	-758.153
Intangível	4.801	-758.153
Investimentos	-1.591.065	-221.501
Caixa adquirido em combinação de negócios	67.555	0
Dividendos recebidos	0	19.694
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	169.328	299.538
Adições de empréstimos	1.872.500	2.255.516
Pagamentos de empréstimos (principal)	-65.161	-1.263.352
Pagamentos de empréstimos (juros)	-101.276	-167.144
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-36	-308
Transações com acionistas não controladores	-5.266	-21.147
Instrumentos financeiros derivativos	8.478	243.342
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-1.539.911	-747.369
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-976.343	1.471.366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.067.337	595.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.090.994	2.067.337
Varição em caixa e equivalentes de caixa	-976.343	1.471.366

Anexo V – Resultado Regulatório Subsidiárias não consolidadas (IE Madeira e IE Garanhuns)

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	IE MADEIRA					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	150.736	146.410	3,0%	303.439	291.222	4,2%
Deduções à receita operacional	-19.805	-28.447	-30,4%	-40.377	-46.878	-13,9%
Receita operacional líquida	130.931	117.963	11,0%	263.062	244.343	7,7%
Custos e Despesas	-8.692	-13.925	-37,6%	-18.467	-13.059	41,4%
Depreciação	-37.267	-33.835	10,1%	-74.057	-67.694	9,4%
EBITDA	122.159	104.069	17,4%	237.238	231.557	2,5%
Resultado do Serviço	84.972	70.202	21,0%	170.538	163.590	4,2%
Resultado Financeiro	-37.788	-197.822	-80,9%	-81.475	-233.239	-65,1%
Outras receitas/despesas líquidas	-80	31	-355,0%	-7.357	273	-2799,3%
Lucro antes do IR & CSLL	47.104	-127.588	-136,9%	81.706	-69.376	-217,8%
IR & CSLL*	-2.096	-4.337	-51,7%	-3.712	-4.627	-19,8%
Lucro líquido	45.008	-131.925	-134,1%	77.994	-74.004	-205,4%
Participação ISA CTEEP (51%) no EBITDA	62.301	53.075	17,4%	120.991	118.094	2,5%
Participação ISA CTEEP (51%) no Lucro líquido	22.954	-67.282	-134,1%	39.777	-37.742	-205,4%

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	IE GARANHUNS					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	27.290	24.506	11,4%	54.838	50.739	8,1%
Deduções à receita operacional	-3.587	-3.229	11,1%	-7.197	-6.641	8,4%
Receita operacional líquida	23.703	21.276	11,4%	47.641	44.098	8,0%
Custos e Despesas	-2.808	-2.914	-3,6%	-6.463	-6.451	0,2%
Depreciação	-6.249	-6.255	-0,1%	-12.493	-12.508	-0,1%
EBITDA	20.846	18.394	13,3%	41.126	37.837	8,7%
Resultado do Serviço	14.646	12.108	21,0%	28.685	25.139	14,1%
Resultado Financeiro	-2.485	-2.910	-14,6%	-5.082	-5.957	-14,7%
Outras receitas/despesas líquidas	-49	31	-256,2%	-52	190	-127,3%
Lucro antes do IR & CSLL	12.112	9.229	31,2%	23.551	19.373	21,6%
IR & CSLL*	-444	35	-1358,0%	-888	-620	43,3%
Lucro líquido	11.668	9.265	25,9%	22.663	18.753	20,8%
Participação ISA CTEEP (51%) no EBITDA	10.631	9.381	13,3%	20.974	19.297	8,7%
Participação ISA CTEEP (51%) no Lucro Líquido	5.951	4.725	25,9%	11.558	9.564	20,8%

(*) Possui empreendimento relativos à infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016, O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais,

Anexo VI - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ milhões)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2021	31/12/2020
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	148,7	159,1
	3,50% a.a.	15/01/24	26,4	31,5
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	209,1	218,9
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão	IPCA + 6,04%	15/07/21	188,0	176,5
5ª Emissão	IPCA + 5,04%	15/02/24	359,5	352,5
7ª Emissão	IPCA + 4,70%	15/04/25	713,1	682,0
8ª Emissão	IPCA + 3,50%	15/12/29	432,0	407,0
9ª Emissão	CDI + 2,83%	15/11/28	800,2	795,7
9ª Emissão	IPCA + 5,3000%aa	15/05/44	788,9	765,5
10ª Emissão	IPCA + 5,0700%	17/07/25	668,1	0,0
Notas Promissórias - CTEEP				
8ª Emissão	CDI + 1,25%	06/05/24	1.205,0	0,0
Outros - CTEEP				
CCB	CDI + 2,45% a.a.	20/04/22	655,3	653,3
Total Dívida Bruta CTEEP			6.194,3	4.242,0
Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2021	31/12/2020
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	3,6	3,9
	3,5% a.a.	15/04/23	3,3	4,2
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	17,7	19,5
	5,5% a.a.	15/01/21	0,0	0,8
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	18,9	20,9
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	16,4	18,0
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	0,0	12,3
IE SUL	5,5% a.a.	15/01/21	0,0	0,1
	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	3,0	3,4
	3,0% a.a.	15/04/23	2,2	2,8
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	5,5	5,9
IENNE	8,5% a.a.	19/05/30	141,9	148,2
PBTE	CDI + 1,60%	20/07/21	379,3	0,0
Total Dívida Bruta Subsidiária			591,8	240,2
Total Dívida Bruta Consolidado			6.786,2	4.482,2

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 30/06/2021	6.735
EBITDA últimos 12 meses	3.165
Dívida Líquida/EBITDA 30/06/2021	2,13
Patrimônio Líquido 30/06/2021	14.481
Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL 30/06/2021	0,32

Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissões) (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/06/2021	5.031
EBITDA últimos 12 meses	2.878
Dívida Líquida/EBITDA 30/06/2021	1,75
Resultado Financeiro 30/06/2021	387
EBITDA /Resultado Financeiro 30/06/2021	7,44

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social, Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,0$, O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida na escritura.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA $< 3,5$ e EBITDA /Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,0$, O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida na escritura.

Anexo VII - Composição do Endividamento das Subsidiárias não consolidadas – IE Madeira, IE Garanhuns e IE Ivaí (R\$ milhões)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 30/06/2021
IE MADEIRA	ITAÚ	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	196,9	386,1
51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	478,2	937,7
	BNDES	TJLP	15/02/2030	3,3	6,5
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	32,5	63,6
	BASA	8,5% a.a.	10/01/2033	147,5	289,3
Dívida Bruta				858,4	1.683,2
Disponibilidades				196,1	384,5
Dívida Líquida				662,4	1.298,8
IE GARANHUNS	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	62,4	122,4
51% ISA CTEEP	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	23,9	46,9
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,5	0,9
Dívida Bruta				86,8	170,3
Disponibilidades				11,1	21,7
Dívida Líquida				75,8	148,6
IE IVAÍ	ITAÚ BBA	IPCA + 5,0% a.a.	15/12/2043	926,6	1.853,3
50% ISA CTEEP					
Dívida Bruta				926,6	1.853,3
Disponibilidades				296,0	592,1
Dívida Líquida				630,6	1.261,2
TOTAL Dívida Bruta				1.871,9	3.706,8
TOTAL Dívida Líquida				1.368,7	2.708,5

Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.090.994	2.067.337
Aplicações Financeiras	724.512	453.557
Ativo de concessão	1.992.387	2.804.373
Estoques	56.604	45.297
Tributos e contribuições a compensar	107.737	28.807
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	2.259	9.790
Créditos com partes relacionadas	15.206	14.994
Despesas pagas antecipadamente	28.473	6.400
Caixa restrito	3.866	1.808
Outros	81.102	75.495
	4.103.140	5.507.858
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	37.057	46.903
Ativo de concessão	17.954.227	14.167.152
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.868.048	1.778.999
Cauções e depósitos vinculados	45.671	44.119
Estoques	11.168	9.997
Instrumentos financeiros derivativos	403	226
Outros	118.801	110.310
	20.035.375	16.157.706
Investimentos	3.124.557	2.928.478
Imobilizado	98.435	92.991
Intangível	508.024	24.499
	3.731.016	3.045.968
	23.766.391	19.203.674
Total do Ativo	27.869.531	24.711.532

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.113.809	94.628
Debêntures	242.011	217.948
Arrendamento	11.139	8.795
Fornecedores	90.525	153.346
Tributos e encargos sociais a recolher	394.093	255.614
Encargos Regulatórios a recolher	34.900	49.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
JCP e dividendos a pagar	16.236	500.513
Obrigações trabalhistas	45.062	45.094
Valores a Pagar - Vivest	858	871
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	51.770	43.751
	2.002.883	1.372.497
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.722.627	1.208.301
Debêntures	3.707.753	2.961.318
Arrendamento	49.135	44.742
Fornecedores	14.535	0
Benefício a empregados – déficit atuarial	406.048	381.978
PIS e COFINS Diferidos	1.578.813	1.318.796
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.687.902	2.955.826
Encargos Regulatórios a recolher	50.036	48.065
Provisões	119.037	88.682
Reserva Global de Reversão - RGR	12.892	14.132
Outros	37.118	77.624
	11.385.896	9.099.464
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	9.332.529	9.863.692
Superávit atuarial	-240.676	-240.676
Outros Resultados Abrangentes	17.481	16.131
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.432.623	114.129
Dividendos adicionais propostos	0	524.450
	14.132.643	13.868.412
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	348.109	371.159
	14.480.752	14.239.571
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	27.869.531	24.711.532

Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T21	2T20	Var (%)	1S21	1S20	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.703.349	654.402	160,3%	2.963.740	1.633.530	81,4%
Receita de Infraestrutura	262.225	268.987	-2,5%	497.870	462.558	7,6%
Receita bruta de Operação e Manutenção	172.417	170.126	1,3%	490.537	467.295	5,0%
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	62.233	333	18588,6%	83.155	333	24871,5%
Remuneração dos ativos de concessão	1.187.403	207.474	472,3%	1.866.413	688.162	171,2%
Outras Receitas	19.071	7.482	154,9%	25.765	15.182	69,7%
Deduções à Receita Operacional	(192.214)	(104.377)	84,2%	(364.587)	(231.378)	57,6%
Receita Operacional Líquida	1.511.135	550.025	174,7%	2.599.153	1.402.152	85,4%
Custos e Despesas Operacionais	(375.359)	(321.436)	16,8%	(700.534)	(589.771)	18,8%
Pessoal	(100.755)	(80.005)	25,9%	(196.652)	(157.356)	25,0%
Material	(110.857)	(146.909)	-24,5%	(182.297)	(250.769)	-27,3%
Serviços	(127.486)	(71.989)	77,1%	(255.272)	(135.402)	88,5%
Depreciação	(4.946)	(4.697)	5,3%	(10.065)	(9.165)	9,8%
Outros	(31.315)	(17.836)	75,6%	(56.248)	(37.079)	51,7%
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	53.911	1.037.802	-94,8%	53.911	1.037.802	-94,8%
Resultado do Serviço	1.189.687	1.266.391	-6,1%	1.952.530	1.850.183	5,5%
Resultado Financeiro	(138.932)	(27.825)	399,3%	(254.700)	(77.136)	230,2%
Rendimento de Aplicações Financeiras	15.396	10.446	47,4%	25.157	32.429	-22,4%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(71.015)	9.032	-886,3%	(139.146)	(17.088)	714,3%
Juros Ativo/Passivos	(110)	(656)	-83,3%	799	(1.074)	-174,4%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(80.115)	(41.114)	94,9%	(143.212)	(78.455)	82,5%
Outras	(3.088)	(5.533)	-44,2%	1.702	(12.948)	-113,1%
Resultado Operacional	1.050.755	1.238.566	-15,2%	1.697.830	1.773.047	-4,2%
Equivalência Patrimonial	122.379	(51.174)	-339,1%	246.555	81.819	201,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4.194	146.652	-97,1%	(6.494)	151.313	-104,3%
Resultado Anterior aos Tributos	1.177.329	1.334.044	-11,7%	1.937.891	2.006.179	-3,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(323.918)	(349.773)	-7,4%	(500.002)	(499.829)	0,0%
Corrente	(141.652)	(69.687)	103,3%	(352.371)	(147.281)	139,3%
Diferido	(182.266)	(280.086)	-34,9%	(147.631)	(352.548)	-58,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado	853.411	984.271	-13,3%	1.437.889	1.506.350	-4,5%
Participação do Acionista não Controlador	(3.411)	(1.667)	104,6%	(5.266)	(17.164)	-69,3%
Lucro/Prejuízo	850.000	982.604	-13,5%	1.432.623	1.489.186	-3,8%

Anexo X – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.705.815	3.725.053
Lucro Líquido do período	1.437.889	3.382.650
Benefício a empregados – déficit atuarial	24.070	15.368
PIS e COFINS diferidos	137.396	131.399
Depreciações e amortizações	10.065	19.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.371	419.462
Demandas judiciais	24.794	34.793
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	4	659
Benefício fiscal – ágio incorporado	18	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.245	2.491
Realização da perda em controlada em conjunto	-2.362	-7.900
Resultado de equivalência patrimonial	-246.555	-472.525
Receita sobre aplicações financeiras	-3.623	-4.437
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	225.108	0
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	17.395	203.265
(Aumento) diminuição de ativos	-1.047.028	-2.515.276
Caixa restrito	7.788	-156
Ativo de concessão	-852.117	-2.253.894
Estoques	-12.478	61.529
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-89.049	-202.667
Tributos e contribuições a compensar	-66.729	3.528
Despesas pagas antecipadamente	-22.073	-1.723
Cauções e depósitos vinculados	-1.348	9.856
Crédito com controladas	-212	-14.292
Outros	-10.810	-117.457
Aumento (diminuição) de passivos	20.589	152.327
Fornecedores	-50.816	-14.428
Tributos e encargos sociais a recolher	133.638	163.522
Obrigações trabalhistas	-32	11.753
Encargos regulatórios a recolher	-12.814	6.662
Provisões	-11.708	-14.925
Valores a pagar Funcesp	-13	-1.302
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	0	-2.480
Reserva Global de Reversão	-1.240	0
Outros	-36.426	3.525
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	679.376	1.362.104
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	-1.819.350	-177.309
Aplicações financeiras	-987.833	-1.744.485
Resgates de Aplicações financeiras	697.451	1.767.685
Imobilizado	-2.136	-7.525
Intangível	-3.322	-5.511
Investimento	-1.591.065	-207.166
Caixa adquirido em combinação de negócio	67.555	0
Dividendos recebidos	0	19.693
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	163.631	286.571
Adições de empréstimos	1.872.500	2.255.516
Pagamentos de empréstimos (principal)	-65.161	-1.263.352
Pagamentos de empréstimos (juros)	-101.276	-167.144
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-5.756	-13.275
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	0
Transações com acionistas não controladores	-5.266	-21.147
Instrumentos financeiros derivativos	8.480	243.342
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-1.539.890	-747.369
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-976.343	1.471.366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.067.337	595.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.090.994	2.067.337
Varição em caixa e equivalentes de caixa	-976.343	1.471.366

Anexo XI – EBITDA IFRS x Regulatório (R\$ mil)

	Consolidado			1S21	1S20	Var (%)
	2T21	2T20	Var (%)			
EBITDA IFRS (ICVM 527)	1.320,6	1.367,2	-3,4%	2.202,7	2.093,7	5,2%
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-262,2	-198,1	32,4%	-497,9	-344,7	44,4%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	-1.187,4	-379,8	212,6%	-1.866,4	-905,4	106,1%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-62,2	-0,3	18588,6%	-83,2	-0,3	24871,5%
(-) Receita de O&M	-172,4	-170,1	1,3%	-490,5	-467,3	5,0%
(+) Receita de uso da rede elétrica	898,4	1.693,1	-46,9%	1.889,4	2.536,8	-25,5%
(+) Outras receitas	4,6	0,0	N.A.	7,0	0,0	N.A.
(+) PIS e COFINS diferidos	62,5	1,9	3200,5%	87,5	9,7	803,7%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	227,4	187,5	21,3%	413,1	328,5	25,7%
(-) Custo de O & M	-1,0	3,9	-125,4%	-3,5	-0,4	751,5%
(-) Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	0,0	-1.037,8	-100,0%	0,0	-1.037,8	-100,0%
(-) Despesas gerais e administrativas	-6,5	-1,2	458,4%	-12,5	-1,7	632,8%
(-) Equivalência patrimonial	-111,2	-12,8	771,6%	-234,1	-125,4	86,7%
(-) Receitas – Revisão Tarifária Periódica (RTP)	-53,9	0,0	N.A.	-53,9	0,0	N.A.
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	-14,8	-1,4	946,9%	-16,3	-16,3	-0,1%
EBITDA REGULATÓRIO (ICVM 527)	641,8	1.452,0	-55,8%	1.341,4	2.069,4	-35,2%
Equivalência Patrimonial	-11,2	63,9	-117,5%	-12,4	43,6	-128,5%
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	34,6	-803,4	-104,3%	107,2	-803,4	-113,3%
Operação de Real Estate e indenização por desapropriação	0,0	-148,0	-100,0%	0,0	-148,0	-100,0%
Custos e despesas não recorrentes ¹	0,7	0,0	N.A.	1,6	2,5	-34,2%
EBITDA AJUSTADO	665,8	564,5	17,9%	1.437,8	1.164,1	23,5%

¹Projetos de crescimento, gastos e doações COVID-19 e auto de infração